

 EXAMES

## Estudo Molecular CGH Array – ALTA RESOLUÇÃO (700K)

R\$ 3.490,00

em até 12 vezes sem juros ⓘ

ADICIONAR  SANGUE DOMICILIAR UNIDADE LABI RESULTADO EM 28 DIAS ÚTEIS

### Por que fazer o exame Estudo Molecular CGH Array – ALTA RESOLUÇÃO (700K) no Labi Saúde?

O **Labi Saúde** é um laboratório sem complicação, focado em oferecer conveniência e os melhores preços do mercado. Para nós, qualidade vem sempre e primeiro lugar. Nossas análises clínicas seguem padrões rigorosos de qualidade para entregar a você resultados confiáveis e de altíssima precisão. São mais de 700 produtos entre **exames**, **testes**, **check-ups** e disponíveis em 33 unidades distribuídas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Nosso horário de coleta de exames é de segunda à sexta feira das 7h às 15h e sábado das 7h às 12h.

Quer saber mais sobre **Estudo Molecular CGH Array – ALTA RESOLUÇÃO (700K)**? [Whatsapp](#)

### Tem um pedido médico e precisa de ajuda?

Envie a foto do seu pedido médico e retornamos um orçamento com os melhores preços para você!



ENVIAR FOTO DO PEDIDO



**IMPORTANTE:** o prazo refere-se a dias úteis e inicia-se a partir do dia seguinte à coleta - sábado, domingo e feriados não são contabilizados no período. O resultado é disponibilizado a partir das 22h da data de entrega.

## Dúvidas Frequentes



Como me preparar para o exame Estudo Molecular CGH Array – ALTA RESOLUÇÃO (700K)? +

Em quais unidades posso fazer o exame Estudo Molecular CGH Array – ALTA RESOLUÇÃO (700K)? +

Posso fazer o exame Estudo Molecular CGH Array – ALTA RESOLUÇÃO (700K) em casa? +

Como é feito o exame Estudo Molecular CGH Array – ALTA RESOLUÇÃO (700K)? +

É necessário pedido médico para fazer o exame Estudo Molecular CGH Array – ALTA RESOLUÇÃO (700K)? +

Quais são os documentos aceitos para o atendimento? +

Quais são as formas e condições de pagamento para Estudo Molecular CGH Array – ALTA RESOLUÇÃO (700K)? +

[VER TODOS OS EXAMES](#)[ADICIONAR](#)

Precisa fazer algum exame específico?  
Confira nossa lista de exames mais buscados:

EXAMES

### Colesterol Total

R\$ 8,00  
em até 12x

[ADICIONAR](#)

EXAMES

### Glicose

Também conhecido como: Glicemia

R\$ 10,00  
em até 12x

[ADICIONAR](#)

EXAMES

### Hemograma Completo

Também conhecido como: Hemograma  
Contagem de Plaquetas ou Fra

R\$ 14,00  
em até 12x

[ADICIONAR](#)

## Acreditamos que cuidar da saúde não precisa ser caro nem complicado



### Compre com melhores preços do mercado

Compre pelo site, pelo app ou diretamente em nossas unidades, sem precisar de um pedido médico.



### Faça exames sem filas ou no conforto de sua casa

Fácil assim! É só ir até uma unidade e fazer o seu exame na hora, sem precisar de um pedido médico.



### Receba resultados confiáveis e entenda

Os resultados são confiáveis e você pode consultá-los e entendê-los facilmente. O laudo contém

## O Labi Saúde é uma empresa do ecossistema Raia Drogasil

Cliente Labi Saúde tem acesso a descontos exclusivos nas farmácias **Raia** e **Drogasil**: a partir de 26% em medicamentos genéricos e 13% em medicamentos de marca.

Juntas por uma sociedade mais saudável

labi

Droga **Raia**

+ **DROGASIL**

## Compre online com o melhor preço e pague em até 12x no cartão



### Compra Segura

Seguimos as normas PCI e seus dados são criptografados para que ninguém possa acessá-los.



## Qualidade em primeiro lugar

Seguimos padrões rigorosos de operação para entregar sempre um atendimento confiável e de altíssima qualidade.

SAIBA MAIS







© Copyright Labi Saúde 2025

#### SOBRE

Sobre o Labi Saúde

Unidades

Convênios

Labi em Casa

Labi Empresas

Blog

Trabalhe no Labi Saúde

Política de Privacidade

#### SERVIÇOS

Exames

Testes

Check-ups

Exames de Imagem

Infusões

Mapa do Site

#### PACIENTE

Minha Conta

Meus Pedidos

Resultados

#### SIGA O LABI SAÚDE



FALE COM O LABI SAÚDE



 WHATSAPP: 11 30032686 TELEFONE: 11 30032686**Central de Relacionamento**

Atendimento via Whatsapp

Segunda a sexta-feira: 10h às 16h

Sábado: 7h às 12h

Atendimento por Telefone

Segunda a sexta-feira: 7h às 17h

Sábado: 7h às 13h20



© Copyright Labi Saúde 2025



[Home](#) / [Exames](#) / [Snp-Arraycgh-Array](#)

0

## SNP ARRAY/CGH ARRAY

É igual a Array, Microarray, Teste Genético para Autismo e Deficiência Intelectual, Anomalias Congênitas, CGH, Diagnóstico de Dissomia Uniparental, Doenças Cromossômicas, Hibridização Genômica, Microarranjos, Microarray, Análise de Microdeleções e Microduplicações, CMA, Análise Cromossômica

A PARTIR DE

**R\$ 3.000,00**[Adicionar ao carrinho](#)

### Este exame possui cobertura da ANS

Verifique se o procedimento é coberto pelo seu plano de saúde.

[Agendar exame](#)

### Informações de preparo

#### Restrição de Medicamento

Informar medicamentos em uso

#### Informações de Agendamento

Não é necessário agendamento para este exame.

#### Preparo Geral

Não é necessário preparo prévio.

#### Orientações Gerais

Necessário preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento e Questionário Clínico; Obrigatório relatório médico/história clínica ou justificativa para realização do exame.

#### Pedido Médico

Obrigatório apresentar pedido médico.

#### Orientações Sobre o Material Colhido

Para auto-coleta saliva (swab-oral): leia atentamente as instruções antes de iniciar o procedimento de coleta; Após a coleta, enviar o material para o laboratório em até 7 (sete) dias úteis para manter as condições ideais de estabilidade e preservação da amostra.

#### Informações de Jejum

Para coleta sangue: não é necessário jejum; Para coleta saliva (swab-oral): pelo menos 1 hora antes de coletar a amostra o paciente não deve

comer, beber, fumar, escovar os dentes, utilizar enxaguante bucal ou goma de mascar.

Siga nossas mídias

INSTITUCIONAL

- A Dasa
- Quem somos
- Trabalhe conosco
- Blog
- Imprensa e parcerias
- Instituto Projeto Neymar Jr.
- Portal da privacidade
- Política de Cookies

ACESSO RÁPIDO

- Agendar exames na unidade
- Agendar atendimento móvel
- Resultados de exames
- Vacina da gripe
- Blog
- Check-in
- Sexagem fetal

CANAL MÉDICO

- Nav Pro
- Atendimento a hospitais
- Pesquisa clínica
- (11) 4020-2446

ATENDIMENTO

- Perguntas frequentes
- Fale conosco
- (11) 3047-4488

CERTIFICAÇÕES



[CLIQUE AQUI E FAÇA O  
DOWNLOAD DOS  
CERTIFICADOS.](#)

0



Prefeitura Municipal de Itarana  
Governo do Estado do Espírito Santo



PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000008/2025 - 04/06/2025 - Processo Nº 002381/2025

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00004369		EXAME CGH ARRAY 750K (HIBRIDIZAÇÃO GENÔMICA COMPARATIVA POR MICROARRANJO)	SERV.	1,00	2.889,19	2.889,19
Itens 1						Sub Total: 2.889,19	
Total da Itens 1						Valor Total: 2.889,19	





Prefeitura Municipal de Itarana  
Governo do Estado do Espírito Santo



## QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000008/2025 - Processo Nº 002381/2025 - MENOR PREÇO POR ITEM

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	LABORATORIO DRA LIVYA AZEVEDO LTDA		CENTRAL DE EXAMES LABORATORIO CLINICO LTDA		PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		HOSPITAL VIDAS OSASCO	
						Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total
00001		00004369	EXAME CGH ARRAY 750K (HIBRIDIZAÇÃO GENÔMICA COMPARATIVA POR MICROARRANJO)	SERV.	1,000	2.300,00	2.300,00	2.537,00	2.537,00	2.850,00	2.850,00	2.880,00	2.880,00
			<b>Valor Total OBTIDO</b>				2.300,00		2.537,00		2.850,00		2.880,00
			<b>Valor Total VENCIDO</b>				2.300,00						



Prefeitura Municipal de Itarana  
Governo do Estado do Espírito Santo



### QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000008/2025 - Processo Nº 002381/2025 - MENOR PREÇO POR ITEM

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	LABORATORIO DE GENETICA DO ESPIRITO SANTO LTDA		DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A .		LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS NOSSA SENHORA AUXILIADORA EIRELI		LABI EXAMES S/A	
						Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total
00001		00004369	EXAME CGH ARRAY 750K (HIBRIDIZAÇÃO GENÔMICA COMPARATIVA POR MICROARRANJO)	SERV.	1,000	2.966,50	2.966,50	3.000,00	3.000,00	3.090,00	3.090,00	3.490,00	3.490,00
			<b>Valor Total OBTIDO</b>				<b>2.966,50</b>		<b>3.000,00</b>		<b>3.090,00</b>		<b>3.490,00</b>
			<b>Valor Total VENCIDO</b>										



Prefeitura Municipal de Itarana  
Governo do Estado do Espírito Santo



VALORES MÉDIOS PARA A RESERVA ORÇAMENTÁRIA

Origem	Pesquisa de Preços Nº 000008/2025		Processo	002381/2025
Objeto	Contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, PROCESSO Nº 0000820-75.2019.8.08.0027.			
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE			
Ficha	Dotação			Valor Total
00103-15000015 0000	SENTENCAS JUDICIAIS ( 060001.1012200082.006.33909100000.150000150000 - 1002 )			2.889,19
				2.889,19
Total Geral				2.889,19

ITARANA, 4 de junho de 2025

Assinado por DARCI ELI VIGANÔ  
DE LAI 140.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICIPIO DE ITARANA  
05/06/2025 07:53:26

Assinado por DAIYANY MENEGHEL  
MAURI 097.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICIPIO DE ITARANA  
05/06/2025 07:55:29

Setor de Compras

Autorização da Despesa



## AO SETOR DE CONTABILIDADE

**REFERÊNCIA:** Processo nº 002381/2025.

**INTERESSADO:** Secretaria Municipal de Saúde.

**ASSUNTO:** Contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo).

Processo Administrativo Nº 002381/2025, autuado em Terça-feira, 13 de Maio de 2025 - OFÍCIO SEMUS/GS/Nº 461/2025, Interessado Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, para contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, PROCESSO Nº 0000820-75.2019.8.08.0027;

Diante do despacho do Setor de Compras e anexos, solicito ao Setor de Contabilidade: verificar a compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como, informar dotação orçamentária; e confirmar se a ficha e a fonte indicadas no Termo de Referência, estão corretas;

Após, retornar à Comissão de Planejamento de Contratações - CPC para elaboração da Minuta do Contrato;

Na sequência, à PGM para análise dos Atos do processo, e da minuta do contrato e emissão do parecer jurídico;

Por fim, À Secretária Municipal de Saúde – ordenadora de despesas do Fundo Municipal de Saúde-FMS, para ciência do parecer jurídico, e com base no mesmo, decidir sobre a contratação.

Tramite-se com **URGÊNCIA**;

**Após o cumprimento da decisão judicial, os autos deverão retornar a Procuradoria com toda a documentação que for colhida para informar nos autos do processo judicial.**

Atenciosamente,

Itarana/ES, 09 de Junho de 2025



**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

**Poder Executivo**

Assinado por ROSELENE MONTEIRO ZANETTI 674.\*\*\*.\*\*\*-\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
09/06/2025 10:03:33

**ROSELENE MONTEIRO ZANETTI**

*Secretária Municipal de Administração e Finanças*

*Portaria nº 003/2025*





## **DESPACHO**

### **DE: SETOR DE CONTABILIDADE**

Zênia Lorena Rizzi

### **PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Conforme dotação orçamentária em anexo, o saldo orçamentário é insuficiente para cobrir a despesa requerida.

Segue processo para conhecimento e manifestação.

Itarana, 09 de junho de 2025

Assinado por ZENIA LORENA RIZZI 125.\*\*\*.\*\*\*-

\*\*

MUNICIPIO DE ITARANA

09/06/2025 15:10:28

**Zênia Lorena Rizzi**

Agente Administrativo

Matrícula n°. 003800



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITARANA  
ESPÍRITO SANTO  
14.492.062/0001-72  
SALDO DAS DOTAÇÕES  
EXERCÍCIO DE 2025



Emissão: 09/06/2025 15:07:01

DESCRIÇÃO	Ficha	Fonte de Recurso	Autorizada	Empenhado	Saldo a Empenhar	Reservado a Empenhar	Valor Bloqueado	Aut. Empenho em Aberto	RH Folha	Saldo Real
			Atualizada							
060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE										
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
060001.1012200082.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA										
33909100000 - SENTENCAS JUDICIAIS	0000103	5000015000	1.636,80	1.410,00	226,80					226,80
Total do Projeto/Atividade :			1.636,80	1.410,00	226,80					226,80
Total da Unidade Orçamentária:			1.636,80	1.410,00	226,80					226,80
Total do Órgão:			1.636,80	1.410,00	226,80					226,80
Total do Geral:			1.636,80	1.410,00	226,80					226,80

Assinado por FRANCIANE DE MARTIN ROSSONI  
005 \*\*\* \*\*.\*  
MUNICIPIO DE ITARANA  
10/06/2025 07:34:05

Assinado digitalmente. Acesso: https://www.itarana.es.gov.br/Chave: b994b000-ab9a-489a-9402-75b93463b088  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 0002381/2025



## **DESPACHO**

**DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**DESTINO: SETOR DE CONTABILIDADE**

CIENTE DE QUE DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO E QUE O SALDO ORÇAMENTÁRIO É INSUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA REQUERIDA.

AUTORIZO O REMANEJAMENTO PARA A FICHA 103 E FONTE 150000150000, CONFORME SEGUE:

R\$ 2.662,39 (DOIS MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS)

FICHA: 69

FONTE: 150000150000

Itarana/ES, 10 de junho de 2025.

Assinado por VANESSA ARRIVABENE 030.\*\*\*.\*\*\*-\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
10/06/2025 14:33:29

---

Vanessa Arrivabene  
**Secretária Municipal de Saúde de Itarana/ES.**





## DESPACHO

### DE: SETOR DE CONTABILIDADE

Zênia Lorena Rizzi

### PARA: COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES - CPC

Informamos que a despesa requerida está de acordo com as peças orçamentárias vigentes para 2025, bem como sua ficha e fonte, conforme dotação orçamentária em anexo.

Segue processo para elaboração da Minuta do contrato e demais providências, conforme solicitado no despacho nas páginas nº 224.

Itarana, 10 de junho de 2025

Assinado por ZENIA LORENA RIZZI 125.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
10/06/2025 14:48:09

**Zênia Lorena Rizzi**  
Agente Administrativo  
Matrícula nº. 003800



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITARANA  
ESPÍRITO SANTO  
14.492.062/0001-72  
SALDO DAS DOTAÇÕES  
EXERCÍCIO DE 2025



Emissão: 10/06/2025 14:44:29

DESCRIÇÃO	Ficha	Fonte de Recurso	Autorizada	Empenhado	Saldo a Empenhar	Reservado a Empenhar	Valor Bloqueado	Aut. Empenho em Aberto	RH Folha	Saldo Real
			Atualizada							
060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE										
001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
060001.1012200082.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA										
33909100000 - SENTENCAS JUDICIAIS	0000103	5000015000	4.299,19	1.410,00	2.889,19					2.889,19
Total do Projeto/Atividade :			4.299,19	1.410,00	2.889,19					2.889,19
Total da Unidade Orçamentária:			4.299,19	1.410,00	2.889,19					2.889,19
Total do Órgão:			4.299,19	1.410,00	2.889,19					2.889,19
Total do Geral:			4.299,19	1.410,00	2.889,19					2.889,19
<div>Assinado por FRANCIANE DE MARTIN ROSSONI 005.***.***.*** MUNICIPIO DE ITARANA 11/06/2025 07:38:55</div>										

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.sp.gov.br/Chave:6a92dd4b-6584-4215-b569-c4d14793321>  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 000256/2025





## **CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**Assunto:** Dispensa de Licitação – Art. 75, Inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

### **DESPACHO**

Inicialmente é imprescindível verificar a regularidade do processo administrativo em conformidade com a legislação pertinente. Deve-se observar se foram analisados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Em suma, ao analisar a minuta do edital, é imperativo assegurar que todas as cláusulas obrigatórias estipuladas pela legislação aplicável, bem como as disposições do termo de referência, estejam devidamente contempladas, garantindo assim a validade e eficácia do instrumento contratual.

Encaminha-se o presente processo à Procuradoria Municipal para análise e emissão de parecer prévio acerca da minuta do contrato. Após manifestação jurídica, o processo será submetido à autoridade máxima do órgão para deliberação e autorização quanto à abertura do procedimento licitatório, conforme a legislação vigente.





Atenciosamente,

Assinado por BRENO FIOROTTI MAURI 118.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
16/06/2025 09:26:35

---

**BRENO FIOROTTI MAURI**

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações  
Portaria nº 1.494/2024

Assinado por ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER 009.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
16/06/2025 09:14:29

---

**ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER**

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações  
Portaria nº 1.494/2024

Assinado por EMANUEL BERGER COAN 120.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
16/06/2025 08:30:26

---

**EMANUEL BERGER COAN**

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações  
Portaria nº 1.494/2024





## MINUTA CONTRATUAL

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2025**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº \_\_\_\_\_/ 2025.**

Processo nº 002381/2025 de 13 de maio de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Saúde (Semus)

ID CiudadES Contratação nº 2024.036EXX00001.\_\_\_\_.0

**O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, nº 65, Itarana/ES, CEP 29.620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.104.363/0001-23, neste ato representado por seu Excelentíssimo Prefeito Municipal, **Senhor Vander Patrício, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 14.492.062/0001-72, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, s/nº, Itarana/ES, CEP 29.620-000, representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde, Senhora **Vanessa Arrivabene**, doravante denominados **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo **Sr. \_\_\_\_\_**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este Termo de Contrato decorrente de contratação direta por dispensa de licitação, em observância às disposições do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis, e ainda, nos casos omissos aplicar-se-á o art. 89 do mesmo diploma legal. Este Contrato será regido mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Instrumento a emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, PROCESSO Nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

1.2 - A descrição, condições, quantidades, exigências estão descritas no Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento.

### CLÁUSULA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

2.1 - Vinculam esta contratação, independente de transcrição, os documentos e instruções que compõem o Processo em referência, em especial, o Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias** contados do **primeiro dia útil subsequente ao da publicação** do seu extrato no Diário Oficial Dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), sendo permitida prorrogação conforme limites e condições previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/21.





#### **CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

4.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão, de execução e de fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

5.1 - O valor global do presente contrato é estimado em R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

5.2 - No preço contratado estão inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes a execução do objeto tais como, despesas administrativas, salários, contribuições sociais, mão de obra, transporte, seguro, manutenções, impostos, bem como quaisquer outros tributos de natureza fiscal, parafiscal, nacional ou internacional, observadas com as condições estabelecidas neste CONTRATO.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1 - O prazo para pagamento a CONTRATADA e demais condições a ele referentes constam no item 7 no Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **8.1 – A CONTRATANTE obrigar-se-á a:**

8.1.1 - As obrigações da CONTRATANTE constam no Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

##### **8.2 – A CONTRATADA obrigar-se-á a:**

8.2.1 - As obrigações da CONTRATADA constam no Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9.2 - A garantia de execução é independente de eventual garantia da prestação de serviço prevista especificamente no Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 - As Infrações e Sanções Administrativas constam no Termo de Referência anexo I a este instrumento, aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação pertinente;

10.2 - Na apuração das infrações e na aplicação de sanções administrativas deverão



ser observadas as disposições dos artigos 246 a 259 do Decreto Municipal nº 2011/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1 – O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto e independente de termo de rescisão.

11.2 – Aplicar-se-ão os arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021, nas situações de extinção contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 – As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da **0011012200082.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA33909100000 - SENTENCAS JUDICIAIS**Ficha - **00103**Fonte de Recurso – **150000150000** do orçamento Do Fundo Municipal de Saúde de Itarana/ES.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 – Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1 – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo em atenção a Lei Municipal 1.115/2024, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS**

15.1 – Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

15.1.1 – Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo





de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

15.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

15.1.2.1. Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

15.1.2.2. Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

15.1.2.3. Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

15.2. Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

15.2.1. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

15.2.2. A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

15.3. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

15.3.1. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

15.3.2. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

15.4. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

15.5. Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de



2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

15.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

15.5.2. A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

15.5.3. A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

15.5.4. Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

15.6. Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1. – Fica eleito o foro da cidade de Itarana/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Itarana/ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO DE ITARANA/ES**  
Sr. Vander Patricio  
Prefeito Municipal

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**



Srª. Vanessa Arrivabene  
Secretária Municipal

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**empresa**  
representante

**Testemunhas:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinado por BRENO FIOROTTI MAURI 118.\*\*\*-\*\*-\*\*  
MUNICIPIO DE ITARANA  
16/06/2025 09:27:14

Assinado por ALEX SANDER CASAGRANDE  
HANSTENREITER 009.\*\*\*-\*\*-\*\*  
MUNICIPIO DE ITARANA  
16/06/2025 09:13:55

Assinado por EMANUEL  
BERGER COAN 120.\*\*\*-\*\*-\*\*  
MUNICIPIO DE ITARANA  
16/06/2025 08:33:20





## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

#### 1.1. DO OBJETO

1.1.1. Contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, PROCESSO Nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

#### 1.2 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1.2.1. O objeto deste Termo de Referência está detalhado conforme a planilha de itens abaixo, cujas especificações deverão ser rigorosamente atendidas para fins de execução:

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE
Exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo)	SERV.	<b>01</b>

#### 1.3 - NATUREZA DO OBJETO

1.3.1. O objeto desta contratação emergencial enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

#### 1.4 - PRAZO DE VIGÊNCIA

1.4.1. O prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias** contados do(a) primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.



1.4.2. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, o contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, depois do objeto executado.

## 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A celebração do contrato emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) visa atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, PROCESSO Nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

2.2. Conforme "Relatório Médico" de Dra Letícia L. Miranda Bissoli, Neuropediatra — CRM 10062, que diagnosticou causa de CID 10.F84.9 e conforme Boletim de Procedimento Ambulatorial, de 15/08/2019, realizado por Maria do Carmo de Souza Rodrigues CRM 2366 CID F80.9 — "TRANSTORNO NÃO ESPECIFICADO DESENVOLVIMENTO DA FALA OU DA LINGUAGEM, houve a conclusão da necessidade na Técnica de Exame "CGH ARRAY 750K para a paciente menor RUTHY [REDACTED].

2.3. A contratação está sendo realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, que rege as novas normas de licitações e contratos, bem como com o Decreto Municipal nº 2011/2024, que regulamenta os processos dentro da esfera municipal.

2.4. O Termo de Referência que embasa a contratação estabelece as diretrizes a serem seguidas, assegurando que todos os procedimentos sejam realizados dentro da legalidade, com transparência e clareza.

2.4.1. O cumprimento rigoroso dessas normas visa garantir a integridade do processo e a efetividade da contratação, proporcionando um serviço de qualidade e conforme as expectativas da Secretaria de Saúde.

2.4.2. Diante da elaboração do Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) restou dispensado, nos termos do inciso I do artigo 143 do Decreto Municipal 2011/2024, haja visto que, somente uma única solução passível de contratação irá atender o prazo para cumprimento da decisão judicial.



2.5. Esta solicitação pauta-se na necessidade da contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo), à paciente menor acima citada, em cuja ação judicial obteve provimento, com força executória vigente.

2.5.1. O descumprimento de qualquer sentença judicial não é facultado ao Administrador Público, que deve cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.

### **3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O OBJETO E SUA ESPECIFICAÇÃO**

3.1. Com o firmamento da contratação, busca-se a gestão eficiente de execução do objeto, significando que a demanda será atendida.

3.2. A contratação do objeto, ora em tela, é imprescindível para garantir em caráter emergencial o serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, PROCESSO Nº 0000820-75.2019.8.08.0027, sendo possível estabelecer o padrão que se pretende de forma objetiva por meio das especificações usualmente empregadas por empresas do ramo pretendido.

3.3. Para a contratação do objeto deste termo de referência a Contratação Direta, na forma de dispensa de licitação é aplicável, conforme a Lei 14.133/2021, art. 75, inciso VIII.

3.4. A dispensa de licitação traz mais vantagens para Administração Pública, como:

- a)** Eficiência Administrativa;
- b)** Economia de Recursos;
- c)** Maior Agilidade na Execução;
- d)** Menor Complexidade Contratual;
- e)** Incentivo à Participação de Pequenos Fornecedores;
- f)** Transparência e Controle.

3.5. Cabe citar as vantagens de um contrato e do seu processo de contratação:



**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

**Poder Executivo**

I **Segurança Jurídica:** O firmamento do contrato conforme a Nova Lei de Licitações proporciona maior segurança jurídica tanto para a Prefeitura quanto para os Contratados, estabelecendo bases claras para as responsabilidades e obrigações de ambas as partes.

II **Transparência e Controle:** O processo de formalização contratual promove maior transparência na gestão pública, possibilitando um controle mais rigoroso dos recursos e prevenindo práticas indevidas.

III **Redução de Litígios:** As normas mais claras e rigorosas para o firmamento de contratos tendem a reduzir litígios judiciais, proporcionando uma resolução mais rápida e eficaz de eventuais conflitos que possam surgir durante a execução dos contratos.

IV **Estímulo à Concorrência:** A Nova Legislação de Licitações visa estimular a concorrência entre os fornecedores e prestadores de serviços, possibilitando que a Prefeitura obtenha melhores condições contratuais e custos mais competitivos.

#### 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa estará encarregada a cumprir as especificações deste Termo de Referência, para plena execução do objeto contratado.

#### 4.2. QUANTO AOS CRITÉRIOS DE IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

4.2.1. A avaliação dos impactos ambientais e critérios de sustentabilidade para um serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) envolve a análise de diversos aspectos, desde a produção dos insumos laboratoriais até o descarte de resíduos. Abaixo estão os principais critérios que podem ser considerados:

##### 4.3.1. Insumos e Materiais Utilizados

a) Impactos Ambientais:

- Produção de plásticos (pipetas, ponteiros, tubos) – uso intensivo de petróleo;
- Kits de reagentes importados com alta pegada de carbono no transporte;





- Potenciais substâncias químicas perigosas (solventes, corantes, etc.).

b) Critérios de Sustentabilidade:

- Uso de materiais recicláveis ou reutilizáveis;
- Seleção de fornecedores certificados por boas práticas ambientais (ISO 14001);
- Aquisição local para reduzir emissões de transporte.

#### 4.3.2. Consumo de Energia

a) Impactos Ambientais:

- Equipamentos como scanners de microarranjos, centrífugas, incubadoras e PCRs consomem energia intensiva;

b) Critérios de Sustentabilidade:

- Equipamentos com selo de eficiência energética (Energy Star, Procel);
- Uso de energia proveniente de fontes renováveis (solar, eólica).
- Monitoramento e redução do consumo energético por análise de dados operacionais.

#### 4.3.3. Resíduos Químicos e Biológicos

a) Impactos Ambientais:

- Geração de resíduos químicos tóxicos e contaminantes biológicos;
- Necessidade de tratamento específico (não podem ser descartados em lixo comum).

b) Critérios de Sustentabilidade:

- Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS);
- Parceria com empresas de coleta e incineração especializada;
- Substituição de reagentes tóxicos por alternativas menos poluentes, quando possível.

#### 4.3.4. Ciclo de Vida e Logística

a) Impactos Ambientais:

- Transporte de amostras e kits laboratoriais impacta emissões de CO<sub>2</sub>;
- Embalagens plásticas não recicláveis e com vida útil curta.

b) Critérios de Sustentabilidade:

- Logística reversa para embalagens e eletrônicos;
- Digitalização de laudos e resultados para reduzir uso de papel;
- Uso de embalagens recicladas ou biodegradáveis.



#### 4.3.5. Aspectos Éticos e Sociais

##### a) Impactos:

- Questões relacionadas ao consentimento informado e privacidade genética;
- Exclusão social em serviços privados de difícil acesso.

##### b) Critérios de Sustentabilidade:

- Inclusão de pacientes via SUS ou planos acessíveis;
- Garantia de anonimato e segurança de dados;
- Divulgação clara sobre os objetivos e limites do exame.

#### 4.3.6. Certificações e Boas Práticas

- **ISO 14001:** Gestão ambiental;
- **ISO 15189:** Qualidade e competência em laboratórios médicos;
- **LEED:** Se o laboratório for parte de uma construção sustentável.

#### 4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.4.1. Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, após o recebimento da Autorização de Serviço;

4.4.2. Será recusado o objeto que não atender as especificações constantes neste documento.

4.4.2.1. A empresa contratada ficará obrigada a refazer a execução do objeto que vier a ser recusado sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;

4.4.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.4.4. Todas as despesas inerentes a execução do objeto que resultarem do fiel cumprimento do objeto, serão inteiramente de responsabilidade da empresa;

4.4.5. A empresa somente poderá executar o objeto mediante autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo que quaisquer serviços aferidos sem autorização não serão considerados pela contratante;



4.4.6. Somente em situações emergenciais ou em razão de imprevistos é que se efetivarão o objeto deste termo sem uma prévia autorização;

4.4.7. A empresa responsabilizar-se-á pela disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção de respeito e cortesia no relacionamento entre colegas e com os servidores desta Secretaria de Saúde;

4.4.8. Assistirá a Contratante o direito de rejeitar qualquer empregado da empresa e solicitar a sua substituição, caso o mesmo não apresente comportamento condizente com suas funções e com as normas estabelecidas, obrigando-se está a respeitar e acatar as decisões da Secretaria Municipal de Saúde;

4.4.9. A empresa garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-se responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da Secretaria Municipal de Saúde;

4.4.10. Caberá à Contratada, a indenização pecuniária dos danos morais ou serviços causados por seus empregados em bens patrimoniais da Secretaria Municipal de Saúde, bem como desaparecimento de quaisquer objetos e valores encontrados em suas dependências, de quem quer que seja, desde que comprovado dolo ou culpa, do empregado da empresa;

4.4.11. Desde que apurado o dano e caracterizado a autoria de qualquer empregado da empresa o valor da indenização será descontado no ato do pagamento da fatura, o que fica desde já pactuado;

4.4.12. A empresa manterá a contratante livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão;

4.4.13. Os empregados da empresa não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante, sendo de sua inteira responsabilidade as obrigações sociais, previdenciárias e Trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao Seguro de Acidente de Trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com





alimentação, locomoção, não cabendo à Contratante qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza;

4.4.14. A empresa deverá apresentar a Contratante a Nota Fiscal até o 5º (quinto) dia útil subsequente a execução do contrato, devidamente acompanhada de todas as certidões exigidas e atualizadas, para o devido ATESTO e liquidação.

#### **4.5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas;

4.5.2. Efetuar o pagamento da nota fiscal correspondente ao objeto deste Termo de Referência, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias subsequentes ao recebimento da mesma, após devidamente atestada pelo fiscal;

4.5.3. Rejeitar o objeto em desacordo com o contrato;

4.5.4. Designar um Fiscal, bem como um Fiscal Substituto, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do objeto constante junto ao Termo de Referência;

4.5.5. Comunicar a empresa quaisquer irregularidades observadas na execução do objeto; Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento do contrato;

4.5.6. Instruir e se manifestar nos processos de penalidade, quando solicitado pelo órgão competente quanto à conduta da empresa Compromissária em relação ao contrato, sugerindo ainda a penalidade a ser aplicada após análise.

#### **4.6. SUBCONTRATAÇÃO**

4.6.1. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado.



#### **4.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, haja vista que o objeto é material de consumo e o total não é caracterizado de grande vulto.

#### **4.8. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA/CATÁLOGO:**

4.8.1. Não há necessidade de análise de amostra para a referida contratação.

4.8.2. CATÁLOGO DO PRODUTO: Poderá ser solicitado catálogo do produto, manuais técnicos, prospectos, folders, e folhetos, de forma a auxiliar na análise precisa e detalhada das especificações técnicas dos objetos, para avaliação da conformidade do produto com o termo de referência.

4.8.2.1. Os documentos técnicos, acima relacionados, deverão ser emitidos em nome dos fabricantes dos produtos.

### **5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1.1. A empresa ficará responsável pela execução do objeto, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, mediante Autorização de Execução, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da respectiva Autorização.

5.1.2. O objeto deverá ser executado na sede da empresa vencedora, conforme solicitado pela secretaria requerente.

5.1.3. As despesas na execução do objeto correrão por conta da Contratada, sendo que deverão fazer parte da composição de custos da proposta, não sendo aceita posteriormente alegações de alteração de valores.

5.1.4. A contratação para o objeto deste Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se quaisquer vedações prevista no artigo 48 da Lei Federal nº 14.133/21.



## 6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Para a fiscalização teremos a figura do Fiscal Administrativo e Técnicos quando for o caso, cujas atribuições estão descritas na Instrução Normativa SCL nº 06/2015.

6.2. O representante e responsável pelo acompanhamento e fiscalização, será indicado em Termo de Designação que faz parte desse processo, assim como o seu substituto, nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares.

6.3. Os Fiscais Técnicos, quando houver necessidade também serão indicados Termo de Designação que faz parte desse processo, e do seu substituto, nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares.

a) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal;

b) Anotar em registro próprio, comunicando à CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

6.4. A fiscalização anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência; as decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis;

6.5. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município de Itarana/ES e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

6.6. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.





**MUNICÍPIO DE ITARANA**  
Estado do Espírito Santo  
**Poder Executivo**

6.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

6.8. Os responsáveis pela gestão do contrato em questão serão os secretários municipais, que terão a incumbência de supervisionar sua execução, garantir o cumprimento das cláusulas estabelecidas, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas até sua vigência final.

## **7 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

7.1 O pagamento será realizado mediante a emissão da nota fiscal que deverá ser entregue à Secretaria requerente, juntamente com os documentos de regularidades fiscais e tributárias exigidas no procedimento de contratação. Estes documentos depois de conferidos e revisados, serão encaminhados para pagamento;

7.1.1 Estes documentos depois de conferidos e revisados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, conforme Decreto Municipal Nº 1431, de 09 de dezembro de 2020, após a respectiva apresentação;

7.2 Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF * \frac{0,33}{100} * ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

7.3 Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;





**MUNICÍPIO DE ITARANA**  
Estado do Espírito Santo  
**Poder Executivo**

7.4 A NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, o (s) objeto (s), os valores unitários e totais;

7.5 Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicado ao Município de Itarana/ES, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

7.6 O Município de Itarana/ES poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

7.8 Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

7.9 O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL ELETRÔNICA será feito por Ordem Bancária.

## **8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. O prestador será selecionado por meio da realização de procedimento de Contratação Direta, na forma de Dispensa de Licitação, conforme o art. 75, inc. VIII da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item do objeto.

### **8.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **8.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**I - Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**II - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição



do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**III - Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**IV - Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**V - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**VI - Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.4.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.2.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**b)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**c)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**d)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título





VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**e)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**f)** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **8.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.4.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

8.4.3.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

8.4.3.2. Fica dispensada apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei n.º 14.133, de 2021 e à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

### **8.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), com lista de serviços que serão realizadas pelo Laboratório, conforme a Portaria nº 403 de 20/10/2000;

b) Comprovante de Alvará Sanitário Atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, conforme determina a Resolução ANVISA RDC nº 302 de 13/10/2005;

c) Comprovante de Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na Entidade Profissional



competente, atualizado;

d) Comprovante de Registro válido do Responsável Técnico pelo Laboratório no respectivo Conselho Profissional e Comprovante de Especialização emitido pela Sociedade Científica respectiva;

e) Apresentar Certificado e/ou Contrato de coleta, transporte e destinação de resíduos de serviços de saúde, conforme RDC/ANVISA Nº 222/18;

f) Cópia do registro profissional do responsável técnico da empresa, junto ao CRM ou CRBM ou CRF da respectiva unidade da federação a qual funciona.

#### **8.2.4. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

a) CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

b) Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

#### **8.3. CONDIÇÕES E COMPROVAÇÕES CONSÓRCIOS, PREVISTAS NO ART. 15 DA LEI Nº 14.133/2021.**

8.3.1. Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

8.3.2. A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

8.3.3. No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilitação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

8.3.4. As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:





**MUNICÍPIO DE ITARANA**  
Estado do Espírito Santo  
**Poder Executivo**

- a) A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;
  - b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;
  - c) Discriminar a empresa líder;
  - d) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;
  - e) Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
  - f) Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.
- 8.3.5. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.
- 8.3.6. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 8.3.7. Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.
- 8.3.8. O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.
- 8.3.9. No caso de consórcio, para atendimento ao EFD-REINF, da Receita Federal, para fins de recebimento junto ao Órgão, o Contrato deverá ser formalizado em nome do consórcio e o pagamento será realizado em conta bancária em nome do Consórcio.
- 8.3.10. No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

## **9. ESTIMATIVA(S) DE VALOR(ES)**

9.1. O Setor de Compras realizará pesquisa de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2024 e Decreto Municipal nº 2011/2024, levando em conta as informações contidas nesse Termo de Referência.



9.2. Elaborado o mapa comparativo de preços pelo Setor de Compras, o processo deverá ser retornado para a área técnica demandante do objeto para a devida análise do resultado do preço estimado encontrado.

## 10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1. Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta:

**Órgão:** 060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Orçamentária:** 060001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Função:** 10 - SAÚDE

**Subfunção:** 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAIS

**Programa:** 0008 - PROGRAMA SAÚDE PARA TODOS

**Projeto/Atividade:** 2.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

**Elemento de Despesa:** 33909100000 - Sentenças judiciais

**Ficha:** 103

**Fonte de Recurso:** 150000150000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE

**Elemento de Despesa:** 33909100000 - Sentenças judiciais

## 11 - DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para aceitar e assinar o instrumento equivalente ao contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e, desde que: a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. O aceite e assinatura do instrumento de contrato pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e em seus anexos.

11.4. ASSINATURA DIGITAL: O Contrato será assinada por meio de assinatura digital, devidamente assinada por Certificação Digital, emitida por uma Autoridade Certificadora (AC) e devidamente habilitada pela ICP-Brasil.





11.4.1. O Contrato assinado por meio eletrônico deverá ser encaminhada para o seguinte endereço de e-mail: [contratos@itarana.es.gov.br](mailto:contratos@itarana.es.gov.br), no prazo indicado no item 11.1. deste instrumento.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.5.1. Na hipótese de o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do Art. 90 da Lei Federal 14133/2021.

## **12 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. As falhas de execução, a inexecução parcial ou total do presente objeto está sujeita às sanções administrativas estabelecidas nos arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, na hipótese de o contratado executar o objeto contratual em desacordo com as especificações e condições contratadas;
- b) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do instrumento de contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do instrumento de contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução do instrumento de contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Instrumento de contratação, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

d) Multa:

1. Moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo:

1.1 - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

1.2 - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.3- 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.4 - Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.2, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.

3. Compensatória, para a inexecução total do instrumento de contratação prevista na alínea "c" do subitem 12.2, de 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.



4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.2, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento de contratação.
5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.2, a multa será de 5 % (cinco por cento) do valor do Instrumento de contratação.
6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.2, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Instrumento de contratação.
7. Compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
  - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
  - c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
  - e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
  - f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
  - g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
  - h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
  - i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
  - j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
  - k) deixar de repor funcionários faltosos;
  - l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;



**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

**Poder Executivo**

m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento de contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4. As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 12.3 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

12.8.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

12.8.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a



conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

12.8.3. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea "a" do subitem 12.2 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

12.8.4. O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do instrumento de contratação, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

12.8.5. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e instrumento de contratação da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Instrumento de contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos





os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do instrumento de contratação;

12.15. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.16. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do instrumento de contratação, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

### **13. DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS**

13.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

13.1.1 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.





13.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

13.1.2.1. Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

13.1.2.2. Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento;

13.1.2.3. Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

13.2. Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

13.2.1. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

13.2.2. A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

13.3. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

13.3.1. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

13.3.2. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

13.4. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.



13.5. Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

13.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

13.5.2. A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

13.5.3. A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

13.5.4. Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

13.6. Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação

#### **14. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA**

14.1 Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:

I - Elaboração de especificação: Édipo Freire de Almeida – Matrícula: 003555





II - Elaboração de quantitativo: Édipo Freire de Almeida – Matrícula: 003555

III - Elaboração do Termo de Referência: Édipo Freire de Almeida – Matrícula: 003555

IV - Aprovação da especificação, do quantitativo e do Termo de Referência: Vanessa Arrivabene  
– Matrícula: 006888.

Assinado por EDIPO FREIRE DE ALMEIDA  
116.\*\*\*-\*\*-\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
03/06/2025 09:16:12

**ÉDIPO FREIRE DE ALMEIDA**

Agente Administrativo

Matrícula: 003555

Assinado por VANESSA  
ARRIVABENE 030.\*\*\*-\*\*-\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
03/06/2025 09:15:09

**VANESSA ARRIVABENE**

Secretária Municipal de Saúde

Portaria n.º 006/2025





## **PARECER JURÍDICO**

**Processo Administrativo:** 002381/2025

**Requerente:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS

**Assunto:** Análise jurídica da **MINUTA DE CONTRATO** de dispensa de licitação para a contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na Ação de Obrigação de Fazer nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

### **I. Relatório**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Secretaria Municipal de Saúde de Itarana - SEMUS, com a finalidade de contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na Ação de Obrigação de Fazer nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

Inicialmente, a Secretaria demandante anexou o Termo de Referência (doc. 03), Designação do gestor e Fiscal (doc. 04) e cópia dos autos da Ação de Obrigação de Fazer (doc. 05).

A Comissão de Planejamento das Contratações – CPC, ao fazer a análise dos documentos acima referidos, encontrou óbices ao prosseguimento do feito (Doc. 09), notadamente no Termo de Referência, tendo remetido novamente para a Secretaria demandante a fim de realizar as correções.

Todas as irregularidades foram sanadas pela Secretaria demandante (Doc. 11 e 12) e foi anexado o Pedido de Compra (Doc. 15), o Mapa de Preços (Doc. 18), a Pesquisa de Preços (doc. 19/21).

Ato contínuo, a SEMAF solicitou ao setor da contabilidade para confirmar a existência de disponibilidade orçamentária e verificar a compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em resposta, a Contabilidade informou que o saldo orçamentário daquela ficha informada era insuficiente para cobrir a despesa (Doc. 23 e 24). A SEMUS informou nova ficha orçamentária (Doc. 25), a qual estava de acordo com as peças orçamentárias (doc. 26) e foi anexada a Dotação Orçamentária pela contabilidade (doc. 27).





Concluídas as etapas acima e vencidas as diligências necessárias, a Comissão de Planejamento das Contratações elaborou a minuta do Contrato, que agora segue para análise desta Procuradoria quanto à legalidade formal dos instrumentos jurídicos que regerão a contratação pública pretendida.

É o relatório.

## **II. DA NATUREZA DO PARECER JURÍDICO**

Antes de adentrar ao mérito da legalidade da minuta do Contrato, insta salientar que a nova Lei de Licitações, ao tratar sobre as atribuições do órgão de Assessoramento Jurídico da Administração, estabelece que cabe a ele realizar prévio controle de legalidade, mediante análise jurídica das contratações públicas.

Isso significa que a manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, nos termos do artigo 53, §1º, I e II, e § 4º da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC).

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Assessoria Jurídica, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.







### III. DO MÉRITO

#### a. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR – ART. 75, II DA LEI 14.133/21

Trata-se de solicitação de análise jurídica da minuta do contrato referente à contratação direta, por dispensa de licitação, para a contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na Ação de Obrigação de Fazer nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

Pois bem, a contratação foi instruída com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o qual autoriza a dispensa de licitação para contratação de fornecimento de bens ou serviços de qualquer natureza cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos em lei para essa modalidade. *In verbis*:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Embora a Lei 14.133 estabeleça o quantitativo de R\$ 54.000,00, destaca-se que o valor é anualmente atualizado, com base em Decreto Federal. Para o ano de 2025, o valor teto para as contratações diretas, em se tratando de compras e serviços comuns, é de R\$ 62.725,59, conforme decreto federal nº 12.343/2024.

No caso em análise, o valor estimado para a contratação (doc. 27) encontra-se abaixo do quantitativo máximo estabelecido no decreto, razão pela qual o caso se enquadra na dispensa de licitação em razão do valor. Ademais, o objeto da contratação se refere a um bem comum, precisamente de exame dotado de especificação padronizada e disponível no mercado, conforme justificado no Termo de Referência.

Ademais, a despesa está prevista na lei orçamentária anual (LOA), em dotação específica (doc. 27), e a despesa é compatível com o planejamento orçamentário e financeiro do órgão, não comprometendo o equilíbrio fiscal, consoante despacho da contabilidade (doc. 26).

#### b. ANÁLISE DOCUMENTAL

O processo de contratação direta por dispensa de licitação, fundamentado no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, deve ser instruído com os documentos previstos no artigo 72 da Lei 14.133/2021, quais sejam:







Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

De acordo com o artigo supracitado, o processo deve ser iniciado com Documento de Formalização de Demanda (DFD), no qual o setor requisitante, isto é, aquele que identificou a necessidade da contratação, elabora o documento formalizando a necessidade de contratação: identifica a necessidade, inicia o planejamento e alinha com as necessidades reais do órgão.

Se for o caso, o processo administrativo será acompanhado Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento responsável por analisar a viabilidade técnica e selecionar a melhor solução para atender ao interesse público, e do Termo de Referência (TR), documento essencial para detalhar o que será contratado, especificando o objeto da contratação, os requisitos técnicos, as condições de execução, os critérios de avaliação das propostas e outros elementos relevantes.

Ainda, deve conter, no mínimo, a justificativa da contratação, estimativas de preços, exigências de habilitação e demais elementos exigidos pela legislação.

**No caso em análise, verifica-se que o processo administrativo cumpre parcialmente os requisitos de planejamento prévio estabelecidos em Lei. Isso porque não verifico constar o Documento de Formalização da Demanda (DFD), mas tão somente o Termo de Referência.**

**Importante destacar: mesmo que a contratação seja oriunda de sentença proferida em sede judicial, o DFD é necessário para todos os tipos de licitação pública, inclusive**





**nos casos de dispensa e inexigibilidade, pois é o documento responsável por identificar a necessidade da contratação.**

Quanto ao Termo de Referência (TR), verifico que foi previamente analisado e aprovado pela Comissão de Planejamento de Contratações – CPC, estando, assim, em conformidade com o que preconiza a Lei.

Outrossim, a ausência do Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi justificada nos autos com base no art. 143 do Decreto Municipal nº 2011/2024 (doc. 29 – item 2.4.2), por tratar-se de uma situação em que apenas uma solução viável seria capaz de atender ao prazo da decisão judicial.

Diante do exposto, verifico que o processo administrativo em análise cumpre os requisitos previstos no artigo mencionado, especialmente por prever a estimativa de valor a ser contratado, a justificativa de preço e a demonstração da compatibilidade orçamentária. **Todavia, por não conter o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o requisito da identificação da necessidade de contratação não foi devidamente cumprido, por ora (inciso I).**

#### **c. DA MINUTA CONTRATUAL**

Por sua vez, a minuta contratual apresentada atende aos requisitos formais estabelecidos nos artigos 89 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, contendo os elementos essenciais exigidos para a validade dos contratos administrativos.

Estão adequadamente identificadas as partes contratantes, bem como definido o objeto da contratação, que é a prestação de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo), conforme descrito no Termo de Referência.

O contrato também estabelece o prazo de vigência de 90 (noventa) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à publicação do extrato no Diário, sendo essa previsão compatível com a natureza emergencial da contratação.

Além disso, constam as disposições sobre as condições de pagamento, regime de preços, bem como as regras de sanções, penalidades, extinção contratual, publicação e foro competente, o que demonstra observância às exigências legais.

No tocante aos aspectos específicos de legalidade, verifica-se que a justificativa da contratação emergencial está devidamente fundamentada na urgência do cumprimento de sentença judicial que determinou a realização do exame em benefício de paciente menor, circunstância que se enquadra na hipótese de dispensa de licitação, conforme já delineado neste parecer.







Diante da análise dos elementos constantes na minuta de contrato (doc. 29), não se verifica qualquer vício de legalidade ou irregularidade que comprometa sua validade jurídica, estando o documento em conformidade com os princípios e normas da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à fundamentação legal da dispensa, a correta definição do objeto e os requisitos necessários para a validade do contrato administrativo.

#### **d. OBSERVAÇÕES FINAIS**

Cumprir destacar que a Nova lei de Licitações estabeleceu que as contratações por dispensa em razão do valor serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, por força do art. 75, §3º:

**§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.**

Isso significa que o procedimento, após devidamente instruído, impõe que a contratação por dispensa de licitação seja cadastrada no Sistema Eletrônico, com a consequente divulgação de Aviso Eletrônico pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

Em essência, trata-se de uma convocação pública voltada à ampliação da competitividade, ainda que em procedimento de contratação direta. Destaca-se, por fim, que a não realização dessa etapa é excepcionalmente admitida, desde que devidamente justificada nos autos, tendo em vista o caráter preferencial conferido pela legislação à adoção dessa forma de publicidade.

#### **IV. CONCLUSÃO**

Dessa forma, verifica-se que a contratação pretendida pela Secretaria Demandante está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 75, inciso II, e respeita os princípios da legalidade, eficiência, razoabilidade e interesse público.

Ainda, verifica-se que a minuta e seus anexos demonstram o planejamento adequado da execução contratual, o que contribui para a eficiência e regularidade do contrato administrativo, respeitando os princípios da legalidade, publicidade, economicidade e eficiência.







**DIANTE DO EXPOSTO**, com base na documentação constante dos autos, **opino pela regularidade jurídica da minuta do contrato**, de forma que não se verifica óbice jurídico à continuidade do procedimento de contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, para a contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na Ação de Obrigação de Fazer nº 0000820-75.2019.8.08.0027, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (TR), **desde que haja a elaboração do Documento de Formalização de Demanda (DFD), documento obrigatório previsto no art. 72, I da lei 14.133/21.**

Recomenda-se, ainda, que a Administração Pública Municipal assegure a transparência e a publicidade do procedimento, bem como a observância de todos os requisitos legais e técnicos necessários para a execução do contrato, de modo a garantir a eficiência e a efetividade do serviço contratado.

Recomenda-se, por fim, a observância dos requisitos formais do procedimento de dispensa de licitação, com a devida publicação do extrato do contrato e o registro da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da legislação vigente.

Ademais, o agente público deverá cumprir o disposto na Instrução Normativa nº 68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no que se refere às publicações e remessas de contratações ao referido anexo VI, quanto ao código CIDADES, para que surtam os efeitos legais de controle externo.

Itarana/ES, 23 de junho de 2025.

Assinado por DANIELLY TONIATO MARTINELLI  
168.\*\*\*.\*\*\*.  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
23/06/2025 13:48:57

**DANIELLY TONIATO MARTINELLI**  
Procuradora Municipal - OAB/ES 42.571





## **DESPACHO**

**DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**DESTINO: COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

Tendo em vista que houve um equívoco no inciso apresentado na Minuta Contratual, remeto o presente processo para correção.

É válido ressaltar que o parecer jurídico também foi pautado no inciso II, inciso este, equivocado, apresentado na Minuta.

Assim, reitero que o inciso correto para a presente contratação é o VIII.

Segue anexo, DFD, conforme solicitado pelo setor jurídico.

ATENCIOSAMENTE,

Itarana/ES, 24 de junho de 2025.

Assinado por VANESSA ARRIVABENE 030.\*\*\*.\*\*\*-\*\*  
MUNICIPIO DE ITARANA  
24/06/2025 09:12:39

---

Vanessa Arrivabene  
**Secretária Municipal de Saúde de Itarana/ES.**





## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS:

#### 1.1. ÁREA REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Saúde

#### 1.2. DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

21 de julho de 2025

#### 1.3. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO:

Contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (**Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo**) para atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, PROCESSO Nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

#### 1.4. PRIORIDADE:

*A contratação tem grau de prioridade alta.*

#### 1.5. JUSTIFICATIVA DE PRIORIDADE:

A contratação tem grau de prioridade alta uma vez que visa atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE **URGÊNCIA**.

### 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

A contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (**Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo**) visa atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, PROCESSO Nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

Conforme "Relatório Médico" de Dra Letícia L. Miranda Bissoli, Neuropediatra — CRM 10062, que diagnosticou causa de CID 10.F84.9 e conforme Boletim de Procedimento Ambulatorial, de 15/08/2019, realizado por Maria do Carmo de Souza Rodrigues CRM 2366 CID F80.9 — "TRANSTORNO NÃO ESPECIFICADO DESENVOLVIMENTO DA FALA OU DA LINGUAGEM, houve a conclusão da necessidade na Técnica de Exame "CGH ARRAY 750K para a paciente menor RUTHY [REDACTED]







O descumprimento de qualquer sentença judicial não é facultado ao Administrador Público, que deve cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação. Diante disso, se faz necessário a contratação do objeto.

### 3. **SERVIÇO A SER CONTRATADO:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	Exame CGH ARRAY 750K <b>(Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo)</b>	SERV.	<b>01</b>

### 4. **RESPONSÁVEIS PELA CONTRATAÇÃO:**

Os responsáveis por impulsionar o processo de contratação foi a Secretária Municipal de Saúde, VANESSA ARRIVABENE, Portaria n.º 006/2025 e o servidor ÉDIPO FREIRE DE ALMEIDA, Agente Administrativo, Matrícula: 003555.

### 5. **ACOMPANHAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

A fiscalização da contratação será exercida pelo Servidor Édipo Freire de Almeida, cargo de Agente administrativo, matrícula n.º 003555, sendo o seu substituto, nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares, a Servidora Jéssica Guedes Cominotti, cargo de Auxiliar administrativo, matrícula n.º 006978.

O Gestor do contrato será o Secretária Municipal de Saúde.

Assinado por EDIPO FREIRE DE ALMEIDA  
116.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
24/06/2025 09:15:10

**Édipo Freire de Almeida**  
Agente Administrativo  
Matrícula: 003555

Assinado por VANESSA ARRIVABENE 030.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
24/06/2025 09:14:46

**VANESSA ARRIVABENE**  
Secretária Municipal de Saúde  
Portaria n.º 006/2025





## **CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

### **DESPACHO**

Em resposta,

Às considerações apresentadas, cumpre esclarecer, com a devida precisão, que não há equívoco na minuta contratual quanto à indicação do fundamento legal que respalda a contratação pretendida. A minuta, elaborada por esta Comissão de Planejamento das Contratações (CPC), segue rigorosamente os parâmetros da Lei nº 14.133/2021, adotando como hipótese de contratação direta o disposto no inciso II do art. 75, que trata da dispensa de licitação em razão do valor da contratação, especificamente para serviços e compras cujo montante não ultrapasse o limite fixado para essa finalidade.

No caso concreto, trata-se de contratação estimada no valor de R\$ 2.889,19 (dois mil oitocentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos), o que se encontra amplamente dentro do limite estabelecido pelo Decreto Municipal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, o qual atualizou os valores previstos na legislação federal, fixando o novo teto de R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) para contratações diretas com base na hipótese de valor. Tal atualização, promovida com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), visa assegurar a compatibilidade entre os valores praticados na Administração Pública e a realidade inflacionária do país, conferindo maior racionalidade e segurança jurídica aos processos de contratação.

Nesse sentido, é importante frisar que a minuta contratual não faz qualquer menção expressa ao inciso VIII do artigo 75, que trata de hipóteses de dispensa de licitação por situação emergencial ou de calamidade pública. A referência utilizada na minuta é a expressão genérica "dispensa de licitação", conforme prática padronizada adotada por esta Comissão em minutas cujos fundamentos jurídicos estão claramente definidos na instrução processual e nos documentos





anexos. Cabe salientar que a definição da natureza jurídica da contratação parte, em primeiro plano, da unidade requisitante, que é a responsável pela elaboração do Termo de Referência (TR) e pela descrição fática e legal da demanda constante nele, devendo embasar adequadamente suas justificativas nesse dispositivo legal, já que o mesmo serve de base/anexo para a minuta.

Contudo, verifica-se que o Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde (Semus), documento integrante dos autos e anexado à minuta contratual, traz de forma equivocada o inciso VIII como fundamento jurídico da contratação, o que ensejou interpretações distorcidas e eventuais dúvidas por parte dos setores envolvidos na tramitação. É oportuno destacar que o inciso VIII trata de contratações emergenciais, exigindo a demonstração clara de situação excepcional, risco iminente à continuidade dos serviços públicos ou à integridade de pessoas e bens, além da observância de prazos específicos de execução, requisitos estes que não estão presentes na situação fática descrita pela Semus, e tampouco foram alegados formalmente no processo.

Tal inconsistência levou a discussões internas no âmbito da CPC, as quais resultaram na emissão de despacho anterior solicitando esclarecimentos à Secretaria requisitante, conforme registrado na página 156 dos autos. O objetivo foi garantir que a instrução processual estivesse em conformidade com os preceitos legais e os princípios da legalidade, da motivação e da eficiência. No entanto, mesmo diante desse alerta, a inconsistência permaneceu em parte da documentação, sendo indevidamente reproduzida pela própria CPC, no campo "Assunto" da análise técnica, o que lamentavelmente reiterou a indicação incorreta do inciso VIII. Tal falha, embora pontual, revela a necessidade de maior atenção na conferência de elementos formais nos campos automatizados de nossos sistemas e formulários padronizados.

Considerando que a minuta contratual é de responsabilidade desta Comissão e que o Termo de Referência, enquanto anexo da minuta, integra diretamente o conjunto documental sob a competência da CPC, entende-se necessário apontar a imprescindibilidade de correção do enquadramento legal constante no referido TR,





de modo que reflita adequadamente a hipótese jurídica de contratação por valor, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, conforme reconhecido inclusive pela própria Procuradoria Municipal, que emitiu parecer favorável à contratação direta. Tal providência é fundamental para assegurar coerência entre o instrumento convocatório e os documentos que lhe dão suporte. Ainda que a feição de nova minuta contratual não esteja sendo demandada neste momento, é atribuição da CPC promover a indicação da necessidade de ajustes formais nos anexos sob sua gestão, especialmente quando se verifica fundamento legal inadequado.

Cumpre ainda registrar que a incorreção verificada no TR foi repercutida também no parecer jurídico, emitido pela procuradora Danielly Toniato Martineli, o que reforça a importância de submeter novamente os autos à Procuradoria, a fim de que seja proferida nova manifestação jurídica à luz dos esclarecimentos e correções ora prestados.

Dessa forma, após as anotações e orientações aqui registradas, os autos seguem à Procuradoria Municipal para reanálise jurídica, com atenção especial à adequação da hipótese de dispensa de licitação, considerando os esclarecimentos ora apresentados e a fundamentação correta prevista no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. Tal medida visa assegurar o pleno alinhamento entre a motivação legal da contratação, os documentos técnicos instrutivos e o entendimento jurídico da Procuradoria, fortalecendo a segurança e a conformidade do processo como um todo.

Atenciosamente,

Assinado por BRENO FIOROTTI MAURI 118.\*\*\*.\*\*\*.  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
24/06/2025 14:31:22

**BRENO FIOROTTI MAURI**

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024



Assinado por ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER  
009.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
24/06/2025 14:43:06

---

**ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER**

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

Assinado por EMANUEL BERGER COAN 120.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
24/06/2025 14:37:18

---

**EMANUEL BERGER COAN**

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024



## PARECER JURÍDICO

**Processo Administrativo:** 002381/2025

**Requerente:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS

**Assunto:** Análise jurídica da MINUTA DE CONTRATO de dispensa de licitação para a contratação do serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na Ação de Obrigação de Fazer nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

**Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Secretaria Municipal de Saúde de Itarana - SEMUS, com a finalidade de contratação emergencial de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na Ação de Obrigação de Fazer nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

Após a emissão do Parecer Jurídico (evento 30), os autos retornaram a esta Procuradoria, tendo em vista o despacho da SEMUS, que aduziu:

*“Tendo em vista que houve um equívoco no inciso apresentado na Minuta Contratual, remeto o presente processo para correção. É válido ressaltar que o parecer jurídico também foi pautado no inciso II, inciso este, equivocadamente, apresentado na Minuta. Assim, reitero que o inciso correto para a presente contratação é o VIII. Segue anexo, DFD, conforme solicitado pelo setor jurídico.”*

Todavia, não se trata de equívoco. Explico.

O objeto do presente procedimento é o fornecimento de exame, oriundo de sentença judicial com trânsito em julgado, o que impõe ao Município o cumprimento obrigatório para o fornecimento do referido exame, no prazo fixado pelo magistrado, sob pena de multa diária (astreintes).

O fato de haver tempo pré-determinado para o fornecimento do serviço evidencia a urgência administrativa, ou seja, a necessidade de providência célere para evitar a desobediência à ordem judicial e o consequente prejuízo ao erário e ao administrado.







Contudo, essa urgência não se confunde com a situação emergencial descrita no art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, que trata da hipótese de dispensa de licitação.

Em resumo, a situação emergencial do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021 trata da dispensa de licitação em situações emergenciais ou de calamidade pública. Essa dispensa é caracterizada por urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade de serviços públicos, a segurança de pessoas, obras, equipamentos e outros bens, como nos casos de desastres naturais, epidemias, incêndios, inundações ou outras situações que ameacem a saúde, segurança ou patrimônio.

Em outras palavras, a situação de emergência pressupõe a ocorrência de evento imprevisível ou previsível, mas de efeitos inevitáveis, que possa comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, demandando atuação imediata para evitar danos ou restaurar condições normais. A contratação emergencial é temporária (prazo máximo de 180 dias) e deve ser justificada com base na imprevisibilidade e urgência da situação.

**No caso em análise, embora haja urgência no cumprimento da obrigação imposta judicialmente, não há a configuração de um evento imprevisível, excepcional e de grave risco imediato à coletividade que justifique a contratação emergencial com dispensa de licitação nos termos do art. 75, VIII da Lei 14.133/21.**

Portanto, a Administração deve adotar medidas ágeis e compatíveis com a urgência do caso, respeitando o devido processo legal, mas sem confundir com a hipótese de contratação emergencial, que exige pressupostos específicos e excepcionais.

O procedimento administrativo pode ter prioridade na tramitação interna, mas ainda deve observar os princípios da legalidade, motivação, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Por fim, verifico que a minuta do contrato está fundamentada na dispensa de licitação em razão do valor, em consonância com o parecer exarado (evento 30), mas o Termo de Referência faz menção à situação emergencial do art. 75, VIII da Lei 14.133/21.

Diante disso, ratifico o Parecer Jurídico já anexado aos autos, e recomendo a retificação do Termo de Referência, para a correta fundamentação legal para a contratação, qual seja, a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, II da Lei 14.133/21).





Itarana/ES, 24 de junho de 2025.

Assinado por DANIELLY TONIATO MARTINELLI 168.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
24/06/2025 14:56:26

**DANIELLY TONIATO MARTINELLI**  
Procuradora Municipal - OAB/ES 42.571





## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

#### 1.1. DO OBJETO

1.1.1. Contratação de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, PROCESSO Nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

#### 1.2 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1.2.1. O objeto deste Termo de Referência está detalhado conforme a planilha de itens abaixo, cujas especificações deverão ser rigorosamente atendidas para fins de execução:

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE
Exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo)	SERV.	<b>01</b>

#### 1.3 - NATUREZA DO OBJETO

1.3.1. O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

#### 1.4 - PRAZO DE VIGÊNCIA

1.4.1. O prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias** contados do(a) primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), improrrogável, na forma do art. 75, II da Lei nº 14.133/2021.





1.4.2. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, o contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, depois do objeto executado.

## 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A celebração do contrato de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) visa atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, PROCESSO Nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

2.2. Conforme "Relatório Médico" de Dra Letícia L. Miranda Bissoli, Neuropediatra — CRM 10062, que diagnosticou causa de CID 10.F84.9 e conforme Boletim de Procedimento Ambulatorial, de 15/08/2019, realizado por Maria do Carmo de Souza Rodrigues CRM 2366 CID F80.9 — "TRANSTORNO NÃO ESPECIFICADO DESENVOLVIMENTO DA FALA OU DA LINGUAGEM, houve a conclusão da necessidade na Técnica de Exame "CGH ARRAY 750K para a paciente menor RUTHY [REDACTED].

2.3. A contratação está sendo realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, que rege as novas normas de licitações e contratos, bem como com o Decreto Municipal nº 2011/2024, que regulamenta os processos dentro da esfera municipal.

2.4. O Termo de Referência que embasa a contratação estabelece as diretrizes a serem seguidas, assegurando que todos os procedimentos sejam realizados dentro da legalidade, com transparência e clareza.

2.4.1. O cumprimento rigoroso dessas normas visa garantir a integridade do processo e a efetividade da contratação, proporcionando um serviço de qualidade e conforme as expectativas da Secretaria de Saúde.

2.4.2. Diante da elaboração do Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) restou dispensado, nos termos do inciso I do artigo 143 do Decreto Municipal 2011/2024, haja visto que, somente uma única solução passível de contratação irá atender o prazo para cumprimento da decisão judicial.



2.5. Esta solicitação pauta-se na necessidade da contratação de serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo), à paciente menor acima citada, em cuja ação judicial obteve provimento, com força executória vigente.

2.5.1. O descumprimento de qualquer sentença judicial não é facultado ao Administrador Público, que deve cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.

### **3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O OBJETO E SUA ESPECIFICAÇÃO**

3.1. Com o firmamento da contratação, busca-se a gestão eficiente de execução do objeto, significando que a demanda será atendida.

3.2. A contratação do objeto, ora em tela, é imprescindível para garantir o serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, PROCESSO Nº 0000820-75.2019.8.08.0027, sendo possível estabelecer o padrão que se pretende de forma objetiva por meio das especificações usualmente empregadas por empresas do ramo pretendido.

3.3. Para a contratação do objeto deste termo de referência a Contratação Direta, na forma de dispensa de licitação é aplicável, conforme a Lei 14.133/2021, art. 75, inciso II.

3.4. A dispensa de licitação traz mais vantagens para Administração Pública, como:

- a)** Eficiência Administrativa;
- b)** Economia de Recursos;
- c)** Maior Agilidade na Execução;
- d)** Menor Complexidade Contratual;
- e)** Incentivo à Participação de Pequenos Fornecedores;
- f)** Transparência e Controle.

3.5. Cabe citar as vantagens de um contrato e do seu processo de contratação:





I **Segurança Jurídica:** O firmamento do contrato conforme a Nova Lei de Licitações proporciona maior segurança jurídica tanto para a Prefeitura quanto para os Contratados, estabelecendo bases claras para as responsabilidades e obrigações de ambas as partes.

II **Transparência e Controle:** O processo de formalização contratual promove maior transparência na gestão pública, possibilitando um controle mais rigoroso dos recursos e prevenindo práticas indevidas.

III **Redução de Litígios:** As normas mais claras e rigorosas para o firmamento de contratos tendem a reduzir litígios judiciais, proporcionando uma resolução mais rápida e eficaz de eventuais conflitos que possam surgir durante a execução dos contratos.

IV **Estímulo à Concorrência:** A Nova Legislação de Licitações visa estimular a concorrência entre os fornecedores e prestadores de serviços, possibilitando que a Prefeitura obtenha melhores condições contratuais e custos mais competitivos.

#### 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa estará encarregada a cumprir as especificações deste Termo de Referência, para plena execução do objeto contratado.

#### 4.2. QUANTO AOS CRITÉRIOS DE IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

4.2.1. A avaliação dos impactos ambientais e critérios de sustentabilidade para um serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) envolve a análise de diversos aspectos, desde a produção dos insumos laboratoriais até o descarte de resíduos. Abaixo estão os principais critérios que podem ser considerados:

##### 4.3.1. Insumos e Materiais Utilizados

a) Impactos Ambientais:

- Produção de plásticos (pipetas, ponteiras, tubos) – uso intensivo de petróleo;
- Kits de reagentes importados com alta pegada de carbono no transporte;





- Potenciais substâncias químicas perigosas (solventes, corantes, etc.).

b) Critérios de Sustentabilidade:

- Uso de materiais recicláveis ou reutilizáveis;
- Seleção de fornecedores certificados por boas práticas ambientais (ISO 14001);
- Aquisição local para reduzir emissões de transporte.

#### 4.3.2. Consumo de Energia

a) Impactos Ambientais:

- Equipamentos como scanners de microarranjos, centrífugas, incubadoras e PCRs consomem energia intensiva;

b) Critérios de Sustentabilidade:

- Equipamentos com selo de eficiência energética (Energy Star, Procel);
- Uso de energia proveniente de fontes renováveis (solar, eólica).
- Monitoramento e redução do consumo energético por análise de dados operacionais.

#### 4.3.3. Resíduos Químicos e Biológicos

a) Impactos Ambientais:

- Geração de resíduos químicos tóxicos e contaminantes biológicos;
- Necessidade de tratamento específico (não podem ser descartados em lixo comum).

b) Critérios de Sustentabilidade:

- Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS);
- Parceria com empresas de coleta e incineração especializada;
- Substituição de reagentes tóxicos por alternativas menos poluentes, quando possível.

#### 4.3.4. Ciclo de Vida e Logística

a) Impactos Ambientais:

- Transporte de amostras e kits laboratoriais impacta emissões de CO<sub>2</sub>;
- Embalagens plásticas não recicláveis e com vida útil curta.

b) Critérios de Sustentabilidade:

- Logística reversa para embalagens e eletrônicos;
- Digitalização de laudos e resultados para reduzir uso de papel;
- Uso de embalagens recicladas ou biodegradáveis.



#### 4.3.5. Aspectos Éticos e Sociais

##### a) Impactos:

- Questões relacionadas ao consentimento informado e privacidade genética;
- Exclusão social em serviços privados de difícil acesso.

##### b) Critérios de Sustentabilidade:

- Inclusão de pacientes via SUS ou planos acessíveis;
- Garantia de anonimato e segurança de dados;
- Divulgação clara sobre os objetivos e limites do exame.

#### 4.3.6. Certificações e Boas Práticas

- **ISO 14001**: Gestão ambiental;
- **ISO 15189**: Qualidade e competência em laboratórios médicos;
- **LEED**: Se o laboratório for parte de uma construção sustentável.

#### 4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.4.1. Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, após o recebimento da Autorização de Serviço;

4.4.2. Será recusado o objeto que não atender as especificações constantes neste documento.

4.4.2.1. A empresa contratada ficará obrigada a refazer a execução do objeto que vier a ser recusado sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;

4.4.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.4.4. Todas as despesas inerentes a execução do objeto que resultarem do fiel cumprimento do objeto, serão inteiramente de responsabilidade da empresa;

4.4.5. A empresa somente poderá executar o objeto mediante autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo que quaisquer serviços aferidos sem autorização não serão considerados pela contratante;



4.4.6. Somente em situações emergenciais ou em razão de imprevistos é que se efetivarão o objeto deste termo sem uma prévia autorização;

4.4.7. A empresa responsabilizar-se-á pela disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção de respeito e cortesia no relacionamento entre colegas e com os servidores desta Secretaria de Saúde;

4.4.8. Assistirá a Contratante o direito de rejeitar qualquer empregado da empresa e solicitar a sua substituição, caso o mesmo não apresente comportamento condizente com suas funções e com as normas estabelecidas, obrigando-se está a respeitar e acatar as decisões da Secretaria Municipal de Saúde;

4.4.9. A empresa garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-se responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da Secretaria Municipal de Saúde;

4.4.10. Caberá à Contratada, a indenização pecuniária dos danos morais ou serviços causados por seus empregados em bens patrimoniais da Secretaria Municipal de Saúde, bem como desaparecimento de quaisquer objetos e valores encontrados em suas dependências, de quem quer que seja, desde que comprovado dolo ou culpa, do empregado da empresa;

4.4.11. Desde que apurado o dano e caracterizado a autoria de qualquer empregado da empresa o valor da indenização será descontado no ato do pagamento da fatura, o que fica desde já pactuado;

4.4.12. A empresa manterá a contratante livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão;

4.4.13. Os empregados da empresa não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante, sendo de sua inteira responsabilidade as obrigações sociais, previdenciárias e Trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao Seguro de Acidente de Trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com





alimentação, locomoção, não cabendo à Contratante qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza;

4.4.14. A empresa deverá apresentar a Contratante a Nota Fiscal até o 5º (quinto) dia útil subsequente a execução do contrato, devidamente acompanhada de todas as certidões exigidas e atualizadas, para o devido ATESTO e liquidação.

#### **4.5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas;

4.5.2. Efetuar o pagamento da nota fiscal correspondente ao objeto deste Termo de Referência, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias subsequentes ao recebimento da mesma, após devidamente atestada pelo fiscal;

4.5.3. Rejeitar o objeto em desacordo com o contrato;

4.5.4. Designar um Fiscal, bem como um Fiscal Substituto, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do objeto constante junto ao Termo de Referência;

4.5.5. Comunicar a empresa quaisquer irregularidades observadas na execução do objeto; Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento do contrato;

4.5.6. Instruir e se manifestar nos processos de penalidade, quando solicitado pelo órgão competente quanto à conduta da empresa Compromissária em relação ao contrato, sugerindo ainda a penalidade a ser aplicada após análise.

#### **4.6. SUBCONTRATAÇÃO**

4.6.1. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado.



#### **4.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, haja vista que o objeto é material de consumo e o total não é caracterizado de grande vulto.

#### **4.8. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA/CATÁLOGO:**

4.8.1. Não há necessidade de análise de amostra para a referida contratação.

4.8.2. CATÁLOGO DO PRODUTO: Poderá ser solicitado catálogo do produto, manuais técnicos, prospectos, folders, e folhetos, de forma a auxiliar na análise precisa e detalhada das especificações técnicas dos objetos, para avaliação da conformidade do produto com o termo de referência.

4.8.2.1. Os documentos técnicos, acima relacionados, deverão ser emitidos em nome dos fabricantes dos produtos.

### **5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1.1. A empresa ficará responsável pela execução do objeto, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, mediante Autorização de Execução, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da respectiva Autorização.

5.1.2. O objeto deverá ser executado na sede da empresa vencedora, conforme solicitado pela secretaria requerente.

5.1.3. As despesas na execução do objeto correrão por conta da Contratada, sendo que deverão fazer parte da composição de custos da proposta, não sendo aceita posteriormente alegações de alteração de valores.

5.1.4. A contratação para o objeto deste Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se quaisquer vedações prevista no artigo 48 da Lei Federal nº 14.133/21.



## 6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Para a fiscalização teremos a figura do Fiscal Administrativo e Técnicos quando for o caso, cujas atribuições estão descritas na Instrução Normativa SCL nº 06/2015.

6.2. O representante e responsável pelo acompanhamento e fiscalização, será indicado em Termo de Designação que faz parte desse processo, assim como o seu substituto, nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares.

6.3. Os Fiscais Técnicos, quando houver necessidade também serão indicados Termo de Designação que faz parte desse processo, e do seu substituto, nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares.

a) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal;

b) Anotar em registro próprio, comunicando à CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

6.4. A fiscalização anotarás todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência; as decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis;

6.5. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município de Itarana/ES e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

6.6. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.





6.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

6.8. Os responsáveis pela gestão do contrato em questão serão os secretários municipais, que terão a incumbência de supervisionar sua execução, garantir o cumprimento das cláusulas estabelecidas, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas até sua vigência final.

## **7 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

7.1 O pagamento será realizado mediante a emissão da nota fiscal que deverá ser entregue à Secretaria requerente, juntamente com os documentos de regularidades fiscais e tributárias exigidas no procedimento de contratação. Estes documentos depois de conferidos e revisados, serão encaminhados para pagamento;

7.1.1 Estes documentos depois de conferidos e revisados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, conforme Decreto Municipal Nº 1431, de 09 de dezembro de 2020, após a respectiva apresentação;

7.2 Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF * \frac{0,33}{100} * ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

7.3 Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;



7.4 A NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, o (s) objeto (s), os valores unitários e totais;

7.5 Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicado ao Município de Itarana/ES, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

7.6 O Município de Itarana/ES poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

7.8 Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

7.9 O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL ELETRÔNICA será feito por Ordem Bancária.

## **8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. O prestador será selecionado por meio da realização de procedimento de Contratação Direta, na forma de Dispensa de Licitação, conforme o art. 75, inc. II da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item do objeto.

### **8.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **8.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**I - Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**II - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição





do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**III - Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**IV - Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**V - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**VI - Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.4.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.2.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**b)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**c)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**d)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título





VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**e)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**f)** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **8.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.4.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

8.4.3.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

8.4.3.2. Fica dispensada apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei n.º 14.133, de 2021 e à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

### **8.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), com lista de serviços que serão realizadas pelo Laboratório, conforme a Portaria nº 403 de 20/10/2000;

b) Comprovante de Alvará Sanitário Atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, conforme determina a Resolução ANVISA RDC nº 302 de 13/10/2005;

c) Comprovante de Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na Entidade Profissional



competente, atualizado;

d) Comprovante de Registro válido do Responsável Técnico pelo Laboratório no respectivo Conselho Profissional e Comprovante de Especialização emitido pela Sociedade Científica respectiva;

e) Apresentar Certificado e/ou Contrato de coleta, transporte e destinação de resíduos de serviços de saúde, conforme RDC/ANVISA Nº 222/18;

f) Cópia do registro profissional do responsável técnico da empresa, junto ao CRM ou CRBM ou CRF da respectiva unidade da federação a qual funciona.

#### **8.2.4. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

a) CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

b) Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

#### **8.3. CONDIÇÕES E COMPROVAÇÕES CONSÓRCIOS, PREVISTAS NO ART. 15 DA LEI Nº 14.133/2021.**

8.3.1. Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

8.3.2. A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

8.3.3. No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilitação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

8.3.4. As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:





- a) A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;
  - b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;
  - c) Discriminar a empresa líder;
  - d) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;
  - e) Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
  - f) Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.
- 8.3.5. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.
- 8.3.6. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 8.3.7. Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.
- 8.3.8. O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.
- 8.3.9. No caso de consórcio, para atendimento ao EFD-REINF, da Receita Federal, para fins de recebimento junto ao Órgão, o Contrato deverá ser formalizado em nome do consórcio e o pagamento será realizado em conta bancária em nome do Consórcio.
- 8.3.10. No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

## 9. ESTIMATIVA(S) DE VALOR(ES)

9.1. O Setor de Compras realizará pesquisa de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2024 e Decreto Municipal nº 2011/2024, levando em conta as informações contidas nesse Termo de Referência.





9.2. Elaborado o mapa comparativo de preços pelo Setor de Compras, o processo deverá ser retornado para a área técnica demandante do objeto para a devida análise do resultado do preço estimado encontrado.

## 10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1. Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta:

**Órgão:** 060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Orçamentária:** 060001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Função:** 10 - SAÚDE

**Subfunção:** 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAIS

**Programa:** 0008 - PROGRAMA SAÚDE PARA TODOS

**Projeto/Atividade:** 2.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

**Elemento de Despesa:** 33909100000 - Sentenças judiciais

**Ficha:** 103

**Fonte de Recurso:** 150000150000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE

**Elemento de Despesa:** 33909100000 - Sentenças judiciais

## 11 - DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para aceitar e assinar o instrumento equivalente ao contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e, desde que: a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. O aceite e assinatura do instrumento de contrato pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e em seus anexos.

11.4. ASSINATURA DIGITAL: O Contrato será assinada por meio de assinatura digital, devidamente assinada por Certificação Digital, emitida por uma Autoridade Certificadora (AC) e devidamente habilitada pela ICP-Brasil.



11.4.1. O Contrato assinado por meio eletrônico deverá ser encaminhada para o seguinte endereço de e-mail: [contratos@itarana.es.gov.br](mailto:contratos@itarana.es.gov.br), no prazo indicado no item 11.1. deste instrumento.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.5.1. Na hipótese de o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do Art. 90 da Lei Federal 14133/2021.

## **12 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. As falhas de execução, a inexecução parcial ou total do presente objeto está sujeita às sanções administrativas estabelecidas nos arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, na hipótese de o contratado executar o objeto contratual em desacordo com as especificações e condições contratadas;
- b) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do instrumento de contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do instrumento de contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução do instrumento de contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Instrumento de contratação, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

d) Multa:

1. Moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo:

1.1 - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

1.2 - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.3- 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.4 - Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.2, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.

3. Compensatória, para a inexecução total do instrumento de contratação prevista na alínea "c" do subitem 12.2, de 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.





4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.2, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento de contratação.
5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.2, a multa será de 5 % (cinco por cento) do valor do Instrumento de contratação.
6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.2, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Instrumento de contratação.
7. Compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
  - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
  - c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
  - e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
  - f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
  - g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
  - h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
  - i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
  - j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
  - k) deixar de repor funcionários faltosos;
  - l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;



m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento de contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4. As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 12.3 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

12.8.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

12.8.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a





conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

12.8.3. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea "a" do subitem 12.2 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

12.8.4. O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do instrumento de contratação, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

12.8.5. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e instrumento de contratação da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Instrumento de contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos





os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do instrumento de contratação;

12.15. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.16. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do instrumento de contratação, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

### **13. DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS**

13.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

13.1.1 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.



13.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

13.1.2.1. Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

13.1.2.2. Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento;

13.1.2.3. Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

13.2. Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

13.2.1. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

13.2.2. A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

13.3. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

13.3.1. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

13.3.2. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

13.4. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.





13.5. Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

13.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

13.5.2. A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

13.5.3. A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

13.5.4. Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

13.6. Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação

#### **14. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA**

14.1 Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:

I - Elaboração de especificação: Édipo Freire de Almeida – Matrícula: 003555





- II - Elaboração de quantitativo: Édipo Freire de Almeida – Matrícula: 003555
- III - Elaboração do Termo de Referência: Édipo Freire de Almeida – Matrícula: 003555
- IV - Aprovação da especificação, do quantitativo e do Termo de Referência: Vanessa Arrivabene – Matrícula: 006888.

Assinado por EDIPO FREIRE DE  
ALMEIDA 116.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
07/07/2025 09:51:40

**ÉDIPO FREIRE DE ALMEIDA**

Agente Administrativo

Matrícula: 003555

Assinado por VANESSA ARRIVABENE  
030.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
07/07/2025 09:50:46

**VANESSA ARRIVABENE**

Secretária Municipal de Saúde

Portaria n.º 006/2025



## **DESPACHO**

**DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**DESTINO: ADVOCACIA MUNICIPAL**

**Assunto:** Conforme recomendação no parecer juridico, encainho Termo de Referencia com a alteração.

Itarana/ES, 07 de julho de 2025.

Assinado por VANESSA ARRIVABENE  
030.\*\*\*-\*\*-\*\*  
MUNICIPIO DE ITARANA  
07/07/2025 14:08:48

---

Vanessa Arrivabene  
**Secretária Municipal de Saúde de Itarana/ES.**





**DESPACHO**

Os autos retornaram a esta Procuradoria, tendo em vista as correções realizadas no Termo de Referência após o parecer jurídico.

Ciente da correção. Ao gabinete.

Itarana/ES, 08 de julho de 2025.

Assinado por DANIELLY TONIATO MARTINELLI 168.\*\*\*.\*\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
08/07/2025 07:45:20

**DANIELLY TONIATO MARTINELLI**  
**Procuradora Municipal – OAB/ES 42.571**







## DESPACHO

**ASSUNTO:** Contratação por dispensa de licitação para a contratação do serviço de exame CGH ARRAY 750K (Hibridização Genômica Comparativa por Microarranjo) para atender a Sentença Judicial proferida na Ação de Obrigação de Fazer nº 0000820-75.2019.8.08.0027.

**De:** Prefeito Municipal  
**Para:** Secretaria Municipal de Saúde  
**Requerente:** Secretaria Municipal de Saúde  
**Requerimento:** 002381/2025

Prezada Secretária,

Ciente do Parecer Jurídico favorável pela continuidade do procedimento de contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, encaminho o referido processo para análise de decisão de Vossa Senhoria na qualidade de ordenadora do Fundo Municipal.

Itarana/ES, 08 de julho de 2025

Assinado por VANDER PATRICIO  
096.\*\*\*-\*\*\*-\*\*  
MUNICÍPIO DE ITARANA  
08/07/2025 17:13:38  
**VANDER PATRICIO**  
Prefeito Municipal





## **DESPACHO**

**DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**DESTINO: SETOR DE CONTRATAÇÕES REMESSA SISTEMA CIDADES**

**Assunto:** CONFORME OBRIGATORIEDADE DO TCEES, PARA TRANSPARÊNCIA EXIGIDA A PARTIR DE 2022, ENCAMINHO AO SETOR DE CONTRATAÇÕES REMESSA SISTEMA CIDADES PARA GERAR O CÓDIGO CIDADES.

APÓS, RETORNAR À SEMUS PARA PUBLICAÇÃO.

ATENCIOSAMENTE,

Itarana/ES, 09 de julho de 2025.

Assinado por VANESSA ARRIVABENE 030.\*\*\*-\*\*-\*\*  
MUNICIPIO DE ITARANA  
09/07/2025 09:20:03

---

Vanessa Arrivabene  
**Secretária Municipal de Saúde de Itarana/ES.**

